



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Silva, Giovani José da; Souza, José Luiz de
O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau
em Mato Grosso do Sul
Sociedade e Cultura, vol. 6, núm. 2, julho-dezembro, 2003, pp. 149-156
Universidade Federal de Goiás
Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70360204>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul*

GIOVANI JOSÉ DA SILVA**

JOSÉ LUIZ DE SOUZA***

Resumo: No presente artigo abordamos, fazendo uso de documentação escrita e oral, questões ligadas à identificação dos Kinikinau em Mato Grosso do Sul. Por meio de aspectos relativos ao reconhecimento oficial da etnia, à luta por visibilidade e retorno ao território tradicional, assinalamos a educação escolar como um dos espaços estratégicos utilizados por esses índios para a afirmação da identidade étnica do grupo. Ao distingui-los dos Terena, com quem foram confundidos ao longo do século XX, analisamos a particular trajetória histórica de indígenas que já foram considerados extintos. Dessa forma, apropriamo-nos de alguns conceitos pertinentes à história indígena e à geografia cultural e elaboramos um breve estudo acerca da etnogênese Kinikinau.

Palavras-chave: educação escolar; identidade étnica; Índios Kinikinau.

"Mas houve tempo que ninguém mais falava em nossa existência, mas entre nós sempre soubemos de nossa origem." (Trecho da Carta de Corumbá, ¹ de autoria de índios Kinikinau)

Introdução

Os índios Kinikinau não existem mais nos dias de hoje: esta é a conclusão a que se chega após a leitura da obra *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, de autoria

de Roberto Cardoso de Oliveira. Nesse estudo, o renomado antropólogo afirmou que dos antigos Kinikinau restariam somente alguns remanescentes, espalhados por aldeias Terena do então sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Entretanto, Cardoso de Oliveira não realizou à época (décadas de 1950 e 60) trabalhos de campo na aldeia São João, território indígena Kadiwéu, município de Porto Murtinho. É lá que vive desde o início da década de 1940, segundo os próprios indígenas, um expressivo contingente Kinikinau que, a partir de então, vem resistindo a diversas tentativas de extermínio por parte dos não-índios. Obrigados a renunciar a uma identidade Kinikinau e convencidos pelo órgão indigenista oficial, por muito tempo, a se autodeclarar índios Terena, os Kinikinau reapareceram nos últimos anos,² especialmente mediante conquistas no âmbito da educação escolar indígena.

* O artigo tem como referência o trabalho pedagógico desenvolvido pelos autores como coordenadores gerais e docentes do Curso Normal em Nível Médio – Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau, realizado entre 2002 e 2004.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

1. A Carta de Corumbá é um documento oficial, não-publicado, produzido por indígenas Atikum, Guató e Kinikinau reunidos entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2003, em Corumbá, MS, no "1º Seminário Povos Resistentes: a Presença Indígena em MS", evento patrocinado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, com recursos do Programa Fome Zero.

2. De acordo com José da Silva, "não só os Atikum, mas também os Kamba, de Corumbá (cf. Penteado, 1980), e os Kinikinawa, de Porto Murtinho e de Miranda (cf. Cardoso

O presente artigo trata, pois, de um breve estudo acerca da sociedade indígena Kinikinau presente hoje em Mato Grosso do Sul, que a exemplo de outros grupos indígenas no Brasil tem recebido a alcunha de “ressurgidos” ou “emergentes”. Rejeitando esses rótulos, os Kinikinau têm buscado, por meio de lideranças e de professores da própria comunidade, mover-se em espaços que lhes garantam visibilidade e reconhecimento que, como pretendemos demonstrar, vão além de uma mera questão de identificação, pois visam também à reconquista de parte do território tradicional do grupo. Como a ave fênix da antiga tradição egípcia que durava séculos e, uma vez queimada, renascia das próprias cinzas, os Kinikinau contrariam as expectativas da iminência de desaparecimento, utilizando-se da educação escolar, dentre outros espaços, como locus de reelaboração, afirmação e legitimação da identidade étnica.

A presença histórica dos Kinikinau em Mato Grosso³ e em Mato Grosso do Sul: (in)visibilidade de um grupo indígena

Paresi, Xané e Guaná, os dois últimos, subdivisões de um mesmo grupo, representam a migração meridional dos Aruak pela Bacia do rio Paraguai. Os territórios tradicionalmente ocupados pelos grupos Guaná localizavam-se em áreas distintas, que iam desde a margem esquerda do baixo rio Apa até a área acima do rio Negro. Após a chegada dos ibéricos à região, as migrações do grupo se deram no sentido leste. As primeiras informações sobre os Guaná referem-se ao alto desenvolvimento da agricultura e da enorme quantidade de roças de milho que plantavam. Por meio da leitura crítica de textos produzidos por cronistas e exploradores do período colonial brasileiro, podemos inferir que quatro foram os subgrupos Guaná a atravessarem o rio Paraguai, passando para suas margens orientais: Exoaladi, Terena, Layana e Kinikinau.⁴

Destes, apenas os primeiros não apresentam, até o momento, remanescentes no atual território sul-mato-grossense. Esses grupos teriam atravessado o rio Paraguai em ondas sucessivas a partir da segunda metade do século XVIII, instalando-se na região banhada pelo rio Miranda entre os paralelos 19º e 21º de Latitude Sul, onde foram encontrados pelos viajantes do século XIX.

Os escritos de João Henrique Elliot, Augusto Leverger e Joaquim Alves Ferreira, produzidos na década de 1840, revelam o expressivo papel desempenhado pelos Layana, os Exoaladi (também chamados de Guaná, o que gera certa confusão) e os Kinikinau na economia regional do sul de Mato Grosso. No Relatório da Diretoria Geral dos Índios de 1872, Francisco José Cardoso Júnior revelou que existiam cerca de mil Kinikinau dispersos por Albuquerque e Miranda, cujas características eram a de serem exímios agricultores e de alugarem seus serviços aos não-índios (apud Vasconcelos, 1999, p. 96-97). Embora imprecisos, os dados fornecidos pelo diretor revelam um grupo numericamente significativo mesmo após a Guerra do Paraguai. Enquanto os Layana viviam agregados em fazendas, os Exoaladi e os Kinikinau abasteciam de víveres a população da região. Os três subgrupos Guaná tiveram, segundo o Visconde de Taunay, participação na Guerra do Paraguai:

[...] guanás, kinikináus e layanos ultimamente se uniram com a população fugitiva (de Miranda, rumo à Serra do Maracaju); [...]. Foram os kinikináus os primeiros que subiram a serra do Maracaju, pelo lado aliás mais íngreme e se estabeleceram na belíssima chapada que coroa aquela serra [...] (Taunay, 1948, p. 268)

Os Exoaladi, segundo Cardoso de Oliveira (1976), teriam desaparecido por ocasião da Guerra do Paraguai. Os Terena compõem o grupo de maior expressão dentre os remanescentes dos antigos Guaná na atualidade; os Layana vivem dispersos em aldeias Terena dos municípios de Aquidauana e Miranda; os Kinikinau, além de viverem em algumas aldeias Terena da região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, concentram-se na aldeia São João. Contudo, os Kinikinau teriam ficado “ocultos” em meio ao grupo majoritário Terena e, entre o

de Oliveira, 1976), vêm ‘surgindo’ nos últimos anos no cenário étnico de Mato Grosso do Sul” (José da Silva, 2000, p. 1).

3. Dentre as importantes obras que tratam dessa presença, destacamos Fonseca, 1880-81; Taunay, 1931.

4. Devemos alertar que, exceto nas citações, em todas as nomenclaturas referentes às sociedades indígenas seguimos as normas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). A esse respeito, cf. Schaden, 1976, p. XI-XII.

final do século XIX e o início do século XX, foram pouco mencionados em livros e documentos. Tornou-se “natural” referir-se a eles como um subgrupo Terena, especialmente após a destruição do último aldeamento reconhecidamente pertencente ao grupo, localizado próximo à região do rio Miranda. A questão do desaparecimento dos Kinikinau, ainda no século XX, remonta aos trabalhos do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 27), em seus clássicos estudos sobre os Terena:

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século [XX], podemos apontar os Kinikináu (Guaná) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do Estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena.

Assim os Kinikinau registram na memória o que teria ocorrido com o grupo após o término do conflito platino:

Após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kinikinawa, além de outros, sofreram sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos Kinikinawa foi disperso, mas algumas famílias estabeleceram-se em Agaxi, próximo a Miranda. Os invasores de terra novamente os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar. Ficaram sabendo que no local chamado Corvelo havia terras devolutas e para lá partiram. Nesse tempo, já estavam recebendo orientações de um chefe do SPI, conhecido como Nicolau Horta Barbosa. Chegando ao Corvelo, fizeram suas casas, a terra era boa, então começaram a plantar, mas não demorou muito para aparecer um suposto “dono das terras”. O grupo comunicou o fato ao SPI e este os orientou a procurar o Campo dos Kadiwéu. Foi o que os homens fizeram. No dia 13 de junho de 1940, duas famílias chegaram à aldeia São João, que na época era desabitada. O Coronel Nicolau os acompanhou e determinou onde deveriam construir suas casas. O transporte que usavam era o carretão, uma espécie de carro de boi com rodas e eixo de madeira. O grupo que chegou à aldeia era de aproximadamente 12 pessoas.⁵

A memória de Leôncio Anastácio, o mais antigo Kinikinau da aldeia São João ainda vivo nos dias de hoje e tratado com reverência pelos indígenas como “pioneiro”, reteve a significativa imagem do meio de transporte utilizado por ele e pelos outros Kinikinau para chegarem à aldeia. Tratava-se do carretão, puxado por dois bois e por meio do qual toda a bagagem de uma família era transportada para onde quer que fosse. Ainda de acordo com a tradição oral do grupo, os Kinikinau vivem no Território Indígena Kadiwéu há pouco mais de sessenta anos, tendo se reunido após a dispersão dos aldeados ocorrida na primeira metade do século XX, quando teriam sido expulsos do território tradicional, localizado na região entre os rios Miranda e Aquidauana e denominado Wakaxu.⁶ Documentos do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) consultados pelo pesquisador Giovani José da Silva⁷ pouco revelaram sobre a presença dos Kinikinau na Reserva Indígena Kadiwéu no decorrer do século XX. O que se sabe, ao certo, é que na década de 1940 foi criado pelo SPI o Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento São João do Aquidavão, vinculado à Inspetoria Regional 5.⁸ Com os Kadiwéu, os Kinikinau teriam estabelecido relações intersocietárias em que os primeiros, essencialmente caçadores e coletores, exigiam dos últimos, agricultores por excelência, tributos em troca da proteção e da permanência em seu território. A esse respeito, o líder Martinho da Silva Kadiwéu, em depoimento ao antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr., comentou que:

[...] na época que abriu o SPI [...] então eles acharam um meio de que botasse algumas, digamos assim, alguns colonizadores, no caso dos Terenas, sabe? Os Terenas começaram, os patrícios usaram os Terenas para poder ser assim um ponto de auxílio para eles. Eles plantaram, os Terenas toda vida gosta de

5. Depoimento do ancião Leôncio Anastácio, concedido ao professor Rosaldo de Albuquerque Souza no final de 2003.

6. Expressão que significa, em língua Kinikinau, “capivara na lagoa” (informação pessoal fornecida aos autores por Inácio Roberto e Ambrósio Gois, ambos Kinikinau).

7. Trata-se de um conjunto de documentos do Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) da Funai, em Brasília, e do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pesquisados para a elaboração de uma dissertação de mestrado.

8. Cf. Rocha, 2003.

agricultura, eles plantam mandioca, arroz, feijão, milho, isso aí, eles não eram, não são verdadeiros donos, mas cuidavam para os patrícios Kadiwéu, enquanto eles vigiavam essa enorme área que nós temos aqui. [...] Esse São João, aldeia de São João, já vem há muito tempo essa história aí. Esses Terenas vêm sendo aliado com os Kadiwéu, sempre vivendo subordinado, os Kinikinau subordinados aos Kadiwéu. Não podia fugir porque eles tinham uma tarefa a fazer com ele, então trouxeram eles. Eles escolheram um lugar como de agricultura e coisa e tal. O único, o recurso mais próximo que eles mesmo acharam de tocar um recurso de agricultura, no caso, uma lavourinha que eles fazem, é aqui para o lado do PI São João, porque fica perto de Três Morros, que existia primeiro bolicho que eles se mantinha daquele lugar. Então eles, os patrícios disseram: – Então vocês ficam aqui [...] aqui é o canto da nossa área, aqui qualquer coisa, qualquer irregularidade que vocês vê, procuram nos localizar, nos avisar o que está acontecendo. Agora vocês têm obrigação, planta milho, arroz, feijão, tudo o que se dá aqui vocês planta, e nós vamos comercializar entre nós mesmos, lá pelo rio Paraguai, por aí, tudo o que nós conseguir nós entrega aqui, nós não temos como negociar [...] Nós vamos negociando, isso aí, vocês ficam como vigilante nosso, como ponto de segurança nosso. Aí toparam, onde existe o PI São João. (Siqueira Jr., 1993, p. 130-131)

O próprio líder Kadiwéu, como se percebe pelo trecho do depoimento antes reproduzido, confunde os Kinikinau com os Terena, não fazendo clara distinção entre uns e outros. Essa confusão pode ter sido gerada pela proximidade lingüística dos dois grupos, o que de fato os tornou “iguais” aos olhos de outros. As relações entre os Kinikinau e os Kadiwéu, no entanto, nem sempre foram amistosas:

Como vivemos em terra alheia, sempre ameaçados por algumas famílias de outra etnia, não queremos mais esta vida sem liberdade. Por isso, pedimos a volta para o nosso território de origem Kinikinau, onde possamos viver em liberdade, garantindo um futuro mais feliz para as nossas crianças, para que não esqueçamos nossas tradições e que todos nos reconheçam e nos respeitem como povo Kinikinau. (SEMI-NÁRIO POVOS RESISTENTES, 2003)

A fênix despertada: os Kinikinau e a educação escolar

Os indígenas Kinikinau ou Kinikinawa⁹ vivem atualmente espalhados por algumas aldeias da porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul. A maior concentração do grupo habita a aldeia São João, ao sudeste do território indígena Kadiwéu. Em 1998, o Censo Kadiwéu,¹⁰ realizado pela Prefeitura de Porto Murtinho, revelou a presença de 58 indígenas que se autodeclararam Kinikinau em um universo de 195 índios recenseados naquela aldeia, dentre os quais Terena, Kadiwéu e Guarani-Kaiowá. Vivem, sobretudo, da atividade agrícola, falam correntemente uma língua provavelmente filiada à família lingüística Aruak, assim como os Terena e os Paresi, e também se comunicam em língua portuguesa. A autodenominação do grupo é Koinukonoen, que em seu idioma quer dizer “índio guerreiro”, em contraposição a uma identidade Terena impingida a eles através dos tempos. Há notícias de membros desse grupo residindo também em aldeias dos Terena, nos municípios de Miranda (Cachoeirinha e Lalima) e Nioaque (Brejão).

Durante muito tempo lhes foi negada pelo próprio órgão indigenista, primeiramente o SPI e depois a Funai, a possibilidade de se identificarem como Kinikinau, pois eram obrigados pelos chefes de posto a se registrarem como Terena. Em 1997, a Prefeitura de Porto Murtinho, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, iniciou um trabalho de educação escolar no território indígena Kadiwéu com a perspectiva da implantação de escolas que atendessem às necessidades de cada aldeia: Bodoquena, Barro Preto, Campina, São João e Tomázia. Na aldeia São João foram realizadas discussões sobre a escola que os índios desejavam, verificando-se que a maioria

9. Ambas as grafias eram aceitas pelo grupo, até que decidiram pelo uso do etnônimo Kinikinau.

10. O Censo Kadiwéu 1998 objetivou conhecer, estatisticamente, os índios que habitam o Território Indígena que está situado nesse município. Foram elaborados questionários e os professores indígenas providenciaram a realização das entrevistas com índios Kadiwéu, Kinikinau e Terena que ali habitam. De posse desses dados, a Prefeitura planejou sua atuação diante da situação educacional precária em que se encontrava a população indígena.

rejeitava um tratamento igual àquele oferecido aos Kadiwéu. Isso nos levou a pensar, então, em uma escola que atendesse a índios Terena, o que também foi rejeitado pelo grupo. Evidente que esse fato causou muita estranheza e, ainda que timidamente, os Kinikinau começaram a revelar a partir desse episódio uma identidade étnica distinta.¹¹

Durante as reuniões verificamos que se identificar como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido. Segundo o professor Inácio Roberto, os Kinikinau lutam até hoje para provar que existem e que têm direito à terra, educação e identidade:

Assim como outros índios, nós também estamos alcançando o direito de dar aulas para nosso povo. Eu espero que o estudo signifique a valorização cultural e mais respeito para os Kinikinaus. Por isso, deixo uma mensagem para outros índios que também estão em sala de aula: é preciso persistência, muita luta e quando ficar muito, muito difícil continuar, pense nos seus filhos, nos seus netos e no seu povo! Nas nossas palavras, hinga úti koinukunoen hainiye úti xo mêun. (REVISTA NOVA ESCOLA, 2004)

Três indígenas Kinikinau fizeram parte do Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Porto Murtinho, entre os anos de 2002 e 2004. Dois deles concluíram com êxito o referido curso: Inácio Roberto e Rosaldo de Albuquerque Souza. Em 2003, o professor Inácio Roberto participou de pelo menos dois eventos de repercussão nacional em que manifestou a existência de seu grupo.¹² Nesses encontros, o professor indígena e ex-policia militar falou sobre a difícil luta que os Kinikinau têm travado para serem conhecidos e oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro. Nem mesmo

os estudos acadêmicos têm-se preocupado com os Kinikinau em Mato Grosso do Sul, pois, até o momento, não há estudos lingüísticos e aqueles de caráter histórico e antropológico os consideram como extintos por não possuírem um território físico demarcado.

Entendemos o território como meio básico de produção, mas também sustentáculo da identidade étnica, como sugere o etnólogo João Pacheco de Oliveira.¹³ Acreditamos, dessa forma, que os Kinikinau possuem um território simbólico, por meio do qual reconstruíram suas vidas longe das terras tradicionalmente ocupadas pelo grupo. Entretanto, sem território físico próprio, com a língua em processo de revitalização e distantes do interesse acadêmico, os Kinikinau só puderam se apoiar na educação escolar para atingir seus objetivos de visibilidade e aceitação. Acreditam que somente uma escola que esteja a serviço do próprio grupo poderá se constituir como um dos caminhos para a consecução desses objetivos. Se o mundo dos não-índios parece lhes dar as costas, faz-se necessário, então, que a própria comunidade Kinikinau estabeleça pontes para diminuir cada vez mais as fronteiras constituídas entre esse grupo e o entorno.

Se o espaço escolar pode ser entendido teoricamente como "fronteira", como sugere a antropóloga Antonella Tassinari,¹⁴ pretendemos que o Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau tenha se constituído em um verdadeiro espaço de fronteiras, quer simbólicas e/ ou identitárias. Seja nas aulas de Antropologia Cultural, História ou Geografia, os Kinikinau, mais do que os próprios Kadiwéu, demonstraram o desejo de conhecer, debater e compreender questões relacionadas à etnicidade, à identidade étnica e ao território. Partimos, assim, do pressuposto teórico que a identidade étnica se constrói por contraste. É o que nos ensina o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1986, p. 42), ao afirmar que

[...] as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; [...]. Identidades são mais do que isso, não

11. As reuniões realizaram-se entre 1997 e 1999 e contaram com a participação de Giovani José da Silva, contratado na época como consultor de Educação Escolar Indígena.

12. "I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial" (Olinda, PE, 15 a 19/5/2003) e o "Seminário dos Povos Resistentes: a presença Indígena em MS" (Corumbá, MS, 10 a 12 /12/ 2003).

13. Cf. Oliveira, 1998.

14. Cf. Tassinari, 2001.

apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. (Grifos no original)

Assim, os Kinikinau presentes ao curso puderam perceber que, apesar de estarem na mesma categoria relacional que os Kadiwéu, ou seja, de “índios”, não eram os mesmos indígenas que os remanescentes Mbayá-Guaikuru. Embora tenham sido, durante muito tempo, confundidos com os Terena, os Kinikinau sabem-se diferentes destes e de quaisquer outros membros de sociedades indígenas. As armas de que dispõem para lutar pelo reconhecimento étnico e territorial serão escolhidas pelo próprio grupo e poderão envolver a manutenção do uso da língua Kinikinau e a atualização de tradições¹⁵ há tempos em desuso.

Dentre as discussões oferecidas pelo Curso de Formação de Professores podemos destacar as que versaram sobre identidade étnica e territorialidade propostas em conjunto pelos professores das disciplinas de Antropologia Cultural, Geografia e História. Os alunos Kadiwéu fazem parte de um grupo que possui o usufruto de mais de quinhentos mil hectares de terras demarcadas e homologadas desde a década de 1980. São conhecidos e reconhecidos pela inconfundível cerâmica produzida pelas mulheres e pelo passado de “índios cavaleiros”. Sobre eles existe ampla bibliografia de cunho histórico e antropológico e mais recentemente alguns trabalhos em áreas diversas do conhecimento.¹⁶ Com os alunos Kinikinau a situação era praticamente oposta: além de não possuírem terras demarcadas, não são reconhecidos pelo órgão indigenista oficial brasileiro e os poucos livros que se referem a eles os tratam como um grupo do passado e, portanto, extinto. O caráter contrastivo da noção de identidade étnica pareceu-nos adequado, uma vez que se encontravam, no mesmo curso, atores sociais com diferentes perspectivas de suas próprias identidades. Por um lado, os Kadiwéu, altivos e conscientes de sua importância no cenário étnico sul-mato-grossense e brasileiro; por outro, os

Kinikinau, em menor número, mas muito determinados a se fazerem ver e serem respeitados enquanto grupo étnico, o que implica, entre outras coisas, o reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

A busca por esse reconhecimento oficial tem suma importância para os Kinikinau nos dias de hoje em sua luta na reconquista de territórios tradicionais. O caminho para se chegar a estes passa pela identificação da sociedade envolvente, uma vez que o processo de auto-identificação já se encontra em andamento. “Não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte”, afirma o geógrafo Paul Claval (2001, p. 207), e somente essa condição legitima a necessidade de terras exigida pelo grupo. Uma outra situação está latente entre os dois grupos indígenas que coabitam a Reserva Kadiwéu: os Kadiwéu permitem que os Kinikinau permaneçam em suas terras e, no entanto, rejeitam quaisquer propostas de alteração de limites da aldeia São João, de modo que se amplie a sua área. Os Kinikinau estão preocupados com o futuro, pois já não são apenas doze pessoas (como afirma o ancião Leôncio Anastácio quando da chegada dos “pioneiros”), e a população acompanhará o ritmo crescente observado em muitos outros grupos indígenas, necessitando de mais terras para sobreviver. Entretanto, o desejo que se torna imperioso entre eles é o de regressarem para casa, um “lugar Kinikinau” onde possam reconstruir a memória do grupo, institucionalizando o espaço por meio dos ritos e dos mitos,¹⁷ assegurando, dessa forma, a continuidade da presença histórica Kinikinau.

Considerações finais

Como pudemos perceber neste breve estudo, o grupo indígena Kinikinau aciona sua etnicidade evocando um passado em comum. Este passado (a memória social que se constrói e reconstrói deste passado), mais do que laços

15. Cf. Oliveira, 1999.

16. Dentre os trabalhos, podemos citar Pechincha, 1994; Ribeiro, 1980; Sândalo, 1997; Siqueira Jr., 1993; Vinha, 1999.

17. Um dos mitos contados pelos Kinikinau da aldeia São João refere-se ao surgimento de pessoas cegas e/ou que possuem apenas um olho. Contam os índios mais velhos que essas pessoas teriam sido atacadas pela ema que devorou os olhos de crianças e mulheres, enquanto os homens trabalhavam na roça, e foi obrigada pelo Criador a devolvê-los, o que não pôde cumprir inteiramente, pois alguns olhos se perderam em seu estômago (Souza, 2004).

sangüíneos ou uma espécie de “pureza racial”, é que define os critérios de quem pertence ou não ao grupo indígena em questão. Isto quer dizer que os critérios de pertencimento, de inclusão e exclusão, acionados pelo grupo referem-se àqueles que compartilham de uma mesma memória. Os Kinikinau, assim como membros de outras sociedades indígenas do Brasil de hoje, não desejam ser chamados de “ressurgidos”, pois entendem que a conotação seja pejorativa e pouco explicativa da situação histórica a que foram submetidos. Preferem, por essa razão, a expressão “resistentes”. Acreditamos que a educação escolar poderá desempenhar um importante papel como espaço da afirmação da identidade étnica dos Kinikinau de Mato Grosso do Sul, pois

[...] não é possível definir a escola como uma instituição totalmente alheia. Por outro lado, também não se pode compreendê-la como completamente inserida na cultura e no modo de vida indígena. Ela é como uma porta aberta para outras tradições de conhecimentos, por onde entram novidades que são usadas e compreendidas de formas variadas. (Tassinari, 2001, p. 50)

Como a fênix, esses índios renascem das próprias cinzas, buscando provar que estão vivos e que possuem direitos históricos que até o momento lhes foram negados:

Para garantir o nosso futuro, precisamos que toda sociedade saiba que somos Kinikinau. E, como povo, queremos principalmente voltar para o nosso território de origem, para que tenhamos a garantia da sobrevivência digna, com saúde e com uma escola específica para nosso povo e dirigida por nós mesmos. (SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES, 2004)

Abstract: In this article we discuss issues related to the ethnic identity using oral and written documents. Through the aspects that concern to the official acknowledgment of these people, the struggle to the return to the traditional territory, is possible to observe that school is one of strategic aspects used by these Indians to affirm the ethnical identity of the group. Though, they had been confused throughout the XX century with the Terena people, we analyze the particular history of the Kinikinau who was considered extinct till recently. This way, we

used some concepts from indian history and cultural geography to elaborate a brief study about the “ethnogenesis” Kinikinau.

Key-words: ethnic identity; Kinikinau Indians; formal education.

Referências

- ANASTÁCIO, Leôncio. A chegada dos Kinikinau à aldeia São João. Porto Murtinho, dez. 2003. Entrevista concedida a Rosaldo de Albuquerque Souza.
- BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CLAVAL, P. A geografia cultural. 2. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2001.
- ELLIOT, J. H. Itinerário das viagens exploradoras... descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do I.H.G.B., Rio de Janeiro, v. X, 1848.
- FONSECA, J. S. da. Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878. Rio de Janeiro: [s.n.], 1880-1881.
- JOSÉ DA SILVA, G. Da terra seca à condição de índios “terra seca”: os Atikum em Mato Grosso do Sul. Cuiabá, 2000. Monografia (Especialização em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, 2000.
- LEVERGER, A. Roteiro da navegação do rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, v. XXV, [s.d.].
- OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- _____. Ensaios em antropologia histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- PECHINCHA, M. T. S. Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwêu. Brasília, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO. Censo Kadiwêu 1998. Porto Murtinho: Prefeitura Municipal, 1998.

- REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Abril. Disponível em: <www.novaescola.abril.com.br/ed/171abr04/html/repca_entrevista.htm> Acesso em: 17 maio 2004.
- RIBEIRO, D. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- ROCHA, L. M. A política indigenista no Brasil: 1930-1967. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.
- SÂNDALO, M. F. A grammar of Kadiwéu. Pittsburg: University of Pittsburg, 1997.
- SCHADEN, E. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo: Nacional, 1976.
- SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES: A PRESENÇA INDÍGENA EM MS, 1., 2003. Corumbá, MS.
- SIQUEIRA JR. J. G. Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- SOUZA, Rosaldo de Albuquerque. O mito do aparecimento de cegos entre os Kinikinawa. Porto Murtinho, fev. 2004. Entrevista concedida a Vânia Perrotti da Costa Pires.
- TASSINARI, A M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Fapesp; Mari; Global, 2001.
- TAUNAY, A. E. Entre os nossos índios: chanés, tere-nas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangos. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- _____. Memórias do Visconde de Taunay. São Paulo: IPE, 1948.
- VASCONCELOS, C. A. de. A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade. Campo Grande: UFMS, 1999.
- VINHA, M. Memórias do guerreiro, sonhos de atleta: jogos tradicionais e esporte entre jovens Kadiwéu. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.